



REGULAMENTOS - Projeto de lei para uma melhor justiça ambiental

Um projeto de lei foi apresentado ao Conselho de Ministros em 29 de janeiro de 2020 pela Ministra da Justiça Nicole Belloubet. Esta última prevê a criação de uma jurisdição especializada em cada tribunal de apelação que lidaria com "infrações complexas ao código ambiental", como poluição de efluentes ou solo por atividades industriais ou violações de regulamentos sobre resíduos industriais, para deixar as questões menos técnicas, como poluição sonora, nas jurisdições existentes. Esses tribunais seriam constituídos por magistrados especializados, competentes para a investigação, acusação, investigação e julgamento desses crimes.

O projeto também prevê a criação de uma "convenção judicial ecológica" inspirada no que existe na área de fraude ou corrupção em disco. É um tipo de contrato, tornado público, entre o Ministério Público e uma empresa, permitindo o pagamento de uma multa, a regularização de uma situação ou até a reparação de danos ecológicos.

Isso permitiria uma resposta criminal mais rápida e reforçaria a natureza dissuasiva das sanções impostas.



AGRICULTURA - Uma meta decepcionante para a redução de pesticidas

O Tribunal de Contas, tribunal financeiro, se reuniu recentemente e julgou os efeitos da política do governo na redução de pesticidas agrícolas, denominados planos Ecophyto, como "muito abaixo das metas" em um relatório intermediário publicado em 4 de fevereiro de 2020.



Desde o Fórum Ambiental de Grenelle, no final de 2007, que prometeu uma redução de 50% no uso de pesticidas sintéticos durante um período de 10 anos, nenhum dos os planos implementados (Ecophytos 1 e 2) não deram frutos. Em abril de 2018, a implementação do plano Ecophyto 2+ foi, portanto, uma última tentativa, um tanto desesperada, de manter as promessas esperadas.

O relatório é catastrófico: o consumo dos produtos em questão certamente não diminuiu: pior ainda, aumentou 21% em 2018, apesar da mobilização de quase 400 milhões de euros e da execução de várias obras avaliação. Mais um fracasso que o Primeiro Ministro, Edouard Philippe, reconhece. O último promete, em 2020, a implementação de uma nova medida, esperando que finalmente permita a consecução de uma meta que seus antecessores não cumpriram.



SEGURANÇA - Manuseio inadequado da Delta Airlines

Em 15 de janeiro, um Boeing 777 da companhia aérea Delta Airlines, partindo de Los Angeles e com destino a Xangai, viu-se enfrentando problemas no motor e foi forçado para virar. Tendo em vista o pouso, este efetuou um derramamento de combustível, ou seja, um esvaziamento, a fim de torná-lo mais leve e, portanto, mais manobrável.

Infelizmente, mesmo que a aterrissagem tenha sido realizada sem problemas, o combustível caiu quando tocou

em uma escola primária, na qual havia cerca de trinta pessoas, incluindo quase vinte crianças. Sofrendo de duras irritações da pele e desconforto respiratório, estes foram tratados por bombeiros no local. Ainda mais surpreendentemente, outras 5 escolas também foram afetadas nas proximidades pelo mesmo problema.

A Agência Americana de Controle de Aviação Civil, a FAA, lançou uma investigação lembrando companhias aéreas e pilotos de aeronaves que o combustível deve ser jogado em áreas desabitadas e a uma altitude relativamente alta para que se disperse no ar. Mais uma vez, portanto, a questão ambiental que surge indiretamente pela segurança e saúde das populações, um problema que parece estar longe de ser resolvido no momento.



Saúde: amianto nas escolas

Асбест был запрещен во Франции в 1977 году. Однако этот изоляционный материал широко использовался

O amianto foi banido na França em 1977. No entanto, esse material isolante foi amplamente utilizado por muitos anos anteriormente, principalmente na construção e, portanto, na construção de escolas, faculdade e ensino médio. Segundo um estudo de 2016 da comissão de acesso a documentos

administrativos, cerca de 20.000 escolas são afetadas. O amianto ainda é encontrado em telhados, tetos falsos, dutos de ventilação, instalações elétricas. Estes riscos são aumentados pela deterioração das instalações. O estado de conservação determina as medidas a serem usadas, obras ou contenção.



No entanto, as medidas cautelares impostas por lei não são observadas uniformemente. De fato, 46% dos diretores de escolas não têm acesso ao arquivo técnico de amianto de seu estabelecimento, de acordo com um relatório dos inspetores de saúde ocupacional da Educação Nacional de 2019. Este último aponta para uma falta de transparência prejudicial à «avaliação e avaliação do risco de exposição ao amianto». Além disso, os arquivos técnicos de amianto não especificam os locais dos materiais que contêm amianto "impedindo efetivamente o pessoal da escola de localizar as instalações ou a deterioração das instalações, o que pode constituir uma

causa de perigo para os alunos. O risco principal surge no caso de trabalho, mas também no caso de um tachinha pendurada na parede (perfurando o último e possivelmente causando exposição). Inúmeras associações alertaram o Ministério da Educação, citando uma emergência de saúde.



JURISPRUDENCIA

Decisão nº 2019-823 QPC de 31 de janeiro de 2020

O Conselho Constitucional reconhece que “a proteção do meio ambiente, patrimônio comum dos seres humanos, constitui um objetivo de valor constitucional”, o que pode justificar “ataques aos liberdade de empreender”

A rescisão de um contrato sinalagmático leva à restituição do preço, incluindo todos os impostos

Com 8 Jan 2020, n° 18-17.895

O Tribunal de Cassação recorda o princípio segundo o qual “a rescisão de um contrato sinalagmático tira retorno das partes ao estado em que estavam anteriormente”. Assim, a restituição do preço também se refere ao montante do IVA.

Responsabilidade do Estado pela falha no combate à poluição do ar

TA Lille, 9 de janeiro de 2020, n° 1709919

O AT em Lille reconheceu a deficiência do Estado na poluição do ar, sem, no entanto, reconhecer a existência de um nexo de causalidade entre essa falha e o dano alegado pelo requerente.



ENERGIAS RENOVÁVEIS - Um fundo de 200 milhões de euros para apoiar o biogás

Por ocasião de um simpósio do Sindicato das Energias Renováveis (SER), um fundo de 200 milhões de euros (Eiffel Gaz Vert) foi anunciado apoiar o investimento em infraestrutura de gás renovável.

O Grupo de Investimento Eiffel, o Banque des Territoires, a GRTgaz, a Société Générale Assurances e a ADEME Investissement participaram da criação deste fundo de investimento. Este último pretende contribuir ativamente para o desenvolvimento do setor de gás renovável na França e na Europa.

Com 116 milhões de euros de capacidade de investimento, pretende atingir 200 milhões até o final de 2020, para financiar mais de três anos cem unidades de metanação. Algumas centenas de milhares a 10 milhões de euros serão destinados a cada operação, através de participações minoritárias e contribuições de capital ou quase capital, permitindo que agricultores e industriais com projetos mantenham o controle.

Segundo a ministra da transição ecológica, Elisabeth Borne, o lançamento do fundo Eiffel Gaz Vert está totalmente alinhado com o objetivo de descarbonizar o setor de energia e massificar as energias renováveis, em particular o biogás. Este fundo é o resultado de uma cooperação exemplar entre atores públicos e privados, destacando sua consistência com o roteiro energético da França.



PLANEJAMENTO URBANO - Madeira e palha em mais prédios públicos

O Ministro da Cidade e da Habitação anunciou um plano para uma cidade sustentável.

Até 2022, 50% dos novos edifícios construídos no âmbito de grandes projetos de desenvolvimento gerenciados pelo Ministério da Habitação - como Paris-Saclay, Euroméditerranée em Marselha, Euratlantique em Bordeaux, etc. - deve incorporar madeira ou materiais de base biológica (de origem animal ou vegetal, como palha ou cânhamo). Essa medida deve dar um exemplo e apoiar o desenvolvimento de cadeias de produção para esses materiais.

O ministro também anunciou o lançamento de uma chamada para projetos para criar 100 fazendas urbanas em bairros prioritários, "subúrbios verdes".

Este programa será dotado de 21 milhões de euros, financiado pelo Estado, pela Caisse des Dépôts e pela ADEME (Agência de Gerenciamento de Energia e Meio Ambiente) e pilotado pela Anru (Agência Nacional de renovação urbana).

Finalmente, 90 novos distritos ecológicos serão rotulados através da criação de uma nova associação France Ville Durable, presidida pelo prefeito de Dunquerque Patrice Vergriete.



RESÍDUOS - A futura lei da economia circular fortalecerá as informações dos consumidores

Em 30 de janeiro de 2020, um projeto de lei da economia circular foi aprovado pelo Senado. Este texto prevê a criação do artigo L541-9 no Código do Meio Ambiente, que prevê que "os produtores e importadores de produtos que geram resíduos informam os consumidores, / ... / sobre suas qualidades e características ambientais". Assim, eles deverão notificar, no momento da compra, características como reciclabilidade, durabilidade ou uso de recursos renováveis dos produtos oferecidos para venda. Esta notificação pode ser feita por postagem ou por qualquer outro meio apropriado.

Para obter mais visibilidade e permitir maior transparência, certos termos como "biodegradável" ou "ambientalmente amigável" serão proibidos assim que aparecerem em um produto. Assim como a menção “compostável” em produtos e embalagens de plástico cuja compostabilidade só pode ser obtida industrialmente.

A sinalização para a triagem de resíduos será reforçada com, em particular, a precisão dos métodos de triagem ou retirada de resíduos do produto. Essa sinalização deve aparecer no produto ou em sua embalagem ou nos documentos fornecidos com o produto. A padronização dos logotipos de classificação existentes na embalagem também é esperada.